

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
(Do Sr. Vanderlei Macris)

REQUERIMENTO No.DE 2009

Requer seja criada, na Sessão Legislativa de 2010, a Subcomissão Especial para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a construção do Trem de Alta Velocidade.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro, ouvido o plenário desta Comissão, a criação, na Sessão Legislativa de 2010, da Subcomissão Especial para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a construção do Trem de Alta Velocidade.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado brasileiro fez, a partir da segunda metade da década de 60, a equivocada opção pelo rodoviarismo. Em virtude dessa decisão, o modal ferroviário foi relegado a plano subalterno, apesar de ser a solução mais adequada para um país que necessita investir em seu desenvolvimento sócioeconômico.

Recentemente, durante o ciclo de audiências públicas promovido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para levantar informações sobre os gastos públicos que serão realizados pelo governo federal para organizar a Copa do Mundo do Brasil, em 2014, um dos temas debatidos foi, justamente, o da construção do trem de alta velocidade, para promover a ligação Campinas-São Paulo-Rio de Janeiro.

Durante audiência pública sobre obras de infraestrutura para a Copa de 2014, a representante do Ministério dos Transportes, senhora Magnólia Maria Pinheiro Daniel, diretora-substituta do Departamento de Desenvolvimento e Logística, declarou, em relação à obra do Trem de Alta Velocidade, *que “a expectativa é de que ela saia, que as obras comecem, que haja uma frente começando no Rio de Janeiro, outra em São Paulo e outra em Campinas. Acredita-se que do Rio de Janeiro até a primeira estação, em Barra Mansa, de São Paulo até São José dos Campos – aquelas estações mais próximas -, até a época da Copa, essas obras estejam concluídas. Essa é a nossa expectativa”*.

A construção do Trem de Alta Velocidade, reconheça-se, é matéria de prioridade para o Brasil. E não apenas por tal meio de transporte constituir uma alternativa racional ao transporte aeroviário, mas, também, porque não impacta negativamente o meio ambiente, extremamente prejudicado que é pelas emissões de óleo diesel e gasolina.

No bojo dos debates e discussões sobre os gastos que a União realizará para adequar o país a uma demanda a maior de turistas internacionais, calculada entre 500 mil e 600 mil

consumidores da indústria mundial de viagens e lazer que aqui desembarcarão no período de julho/agosto de 2014 para acompanhar os jogos do Mundial de Futebol FIFA, a imprensa veiculou informações sobre a tomada de decisão do governo federal de construir, finalmente, o Trem de Alta Velocidade, ligando Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas.

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, na sua edição de 06/12/2009, em reportagem intitulada *“Interessados no trem-bala querem garantias”*, os *“investidores privados interessados em construir e operar o trem-bala que deve ligar o Rio de Janeiro a São Paulo pressionam o governo por mais garantias para tocar o projeto”*. A matéria garante que *“o governo deverá ceder” ... “para garantir que as empresas privadas embarquem no projeto, de R\$ 35 bilhões...”*

Ressalta ainda a reportagem que *“as regras do leilão ainda não estão definidas”* e que o governo *“criaria uma estatal que participaria da Sociedade de Propósito Específico vencedora da disputa”*.

Também o jornal O Estado de S. Paulo, em matéria assinada pelos repórteres Leonardo Goy e Renée Ferreira, em reportagem intitulada *“No trem bala, passagem a R\$ 260,00”*, informa que o governo federal *“está disposto a financiar, via BNDES, até 60% do projeto, o equivalente a R\$ 20,9 bilhões. No total, a obra custará R\$ 34,6 bilhões.”*

Na reportagem, o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, assegura que *“a União deverá ter participação de cerca de 30% do capital da empresa que será criada para construir e administrar o trem de alta velocidade”*. A esse respeito, o jornal assegura que *“essa participação se dará por meio da nova estatal que o governo já anunciou que criaria”*.

Entendo que contemporaneizar o modal ferroviário brasileiro é matéria urgente. Mas entendo, também, que em face do custo bilionário da obra, financiada acima de tudo pelo dinheiro dos cidadãos, da sociedade nacional, é tarefa que se impõe a esta Casa assegurar que os dispêndios a serem realizados pela União serão salvaguardados de todo e qualquer risco.

Nesse sentido, proponho que seja criada, na Sessão Legislativa de 2010, a Subcomissão Especial para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a construção do Trem de Alta Velocidade. Essa é uma obrigação desta Comissão, porque não podem pairar dúvidas sobre o destino de tão vultosa soma de recursos públicos. Assim sendo, exorto os companheiros deputados e deputadas a criarmos a referida Subcomissão.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 2009.

Vanderlei Macris
Deputado Federal – PSDB/SP